

A FORÇA DA CATEGORIA: greve faz projeto do PCS avançar

A greve conquistou seu objetivo. De 24 a 29/11, os servidores do Judiciário Federal de vários estados pararam a fim de pressionar o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a dar parecer favorável ao PL 5.845/05 (PCS). Os conselheiros do CNJ aprovaram a matéria na tarde de 29/11 e indicaram que o PCS deva ser parcelado em no máximo três anos.

No mesmo dia, aqui no RS, os servidores fizeram uma caminhada no entorno dos prédios da Justiça Federal e, depois, uma assembléia geral. Era o fim de um movimento grevista vitorioso, mas com a certeza de que a manutenção da mobilização é fundamental.

Rosane Vargas



Dia 29, colegas fizeram uma caminhada em frente à JF: toda a pressão sobre o CNJ

ASSEMBLÉIA GERAL

Dia 14/12 às 19h

Local: sede do sindicato

Pauta:

Mobilização pelo PCS

Pressão dá resultado: PL deve ser apreciado na comissão dia 14

Os colegas Marília, Alexandre Junqueira (JF) e Armando (JT) foram a Brasília de 6 a 9/11, juntamente com servidores de outros dois estados e a Fenajufe, a fim de visitar deputados e fazer pressão pela votação do PCS na Comissão do Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara. Eles informaram que, em um primeiro contato, o relator, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), disse que não havia como pautar o PL 5.845 ainda este ano.

Houve então um intenso trabalho do Comando de Mobilização a fim de levar a questão a outros parlamentares. Os deputados Dra. Clair (PT-PR), Marco Maia, Tarcísio Zimmermann e Paulo Pimenta (PT-RS), integrantes da comissão, e os servidores fizeram pressão e garantiram compromisso do relator de pautar a discussão do projeto para dia 14/12. A Fenajufe tenta agora audiência com Alves até dia 13 para verificar o conteúdo do relatório.

Gonçalo Moretto / Especial



Passo Fundo em dia de greve da JT

Colegas do Interior mais uma vez dão exemplo de mobilização

Em todas as mobilizações, o interior dá exemplos de força e participação. Na greve pelo PCS de 24 a 29/11, não foi diferente. Várias cidades aderiram ao movimento, fizeram atos e outras atividades para pressionar o CNJ.

Na Justiça do Trabalho, pararam as cidades de Canoas, Osório, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre, Rio Grande, Santana do Livramento, Santiago, Santo Ângelo, Taquara e Vacaria. Na Justiça Federal, além da capital, os colegas de Novo Hamburgo aderiram à greve.

Conjuntura

O cenário é outro, mas a luta de todos os servidores do Judiciário Federal deve continuar

Ao final de 2005, os resultados da política econômica do governo Lula estão muito aquém das possibilidades do país na atual conjuntura e das aspirações do povo brasileiro, pelo que o clima político no interior dos movimentos sociais é de muita decepção. Esse clima geral de decepção soma-se a um foco anterior de descontentamento, surgido já em 2003, em especial dentro do funcionalismo público federal, que, com toda a legitimidade em sua pauta, sofreu a pressão dos efeitos do superávit primário imposto pela política econômica de Palocci e a difícil relação do governo com os servidores na falta de uma efetiva política salarial e de carreira. Neste ponto, em especial, não podemos deixar de registrar nossa crítica a setores da esquerda que, com vistas a tão-somente desgastar o governo, deixaram de lado os interesses das categorias e quebraram a unidade do movimento.

Somando-se a todos esses problemas, a corrupção, que é uma chaga aberta no Estado brasileiro há séculos, tornou-se o principal foco da crise política desde maio deste ano. É certo que ela não é novidade, mas o fato de atravessar governos não exime o atual, eleito pela maioria do povo brasileiro para combatê-la. Não podemos admitir que parte do maior partido de esquerda do país, o PT, tenha reestruturado esquemas financeiros operados durante o governo FHC. É óbvio que os tucanos não estão interessados em revelar os verdadeiros financiadores do valerioduto, pois sabem que assim seus próprios esquemas de financiamento estariam a descoberto. Dessa forma, tentam desviar o foco das investigações, apontando Cuba e as Farc como financiadores do caixa 2. Eis o caráter de classe desta crise, pois desde o início Roberto Jefferson já bradava que "este é um esquema socialista para perpetuar uma ideologia no poder", juntamente com a raiva incontrolada de Jorge Bornhausen desejando "varrer essa raça por pelo menos 30 anos".

Infelizmente, durante toda a crise, o governo apoiou-se na sua parte mais conservadora, o Ministério da Fazenda e o Banco Central (cujas principais figuras, Pallocci e Meirelles, também são

bombardeadas por denúncias de corrupção), e ampliou as alianças, tirando Olívio Dutra e Humberto Costa para acomodar o PMDB e o PP. Mas como nem tudo é tragédia, essa crise também traz consigo um desdobramento positivo, pois reabre na sociedade e nos movimentos sociais o debate político sobre o desafio da construção de um país livre da corrupção.

Dentro dessa conjuntura, nossa categoria deu exemplo de luta. Desde a greve contra a Reforma da Previdência, no primeiro ano do governo Lula, até os últimos meses deste ano, quando se envolveu na campanha contra a corrupção, mostrou sua inconformidade com os rumos da política adotada no país.

Nossa campanha salarial não foi diferente. Participamos de todas as instâncias de negociação propostas pelo governo. Abrimos uma discussão de carreira dentro do Judiciário e forçamos os tribunais superiores a proporem uma reestruturação de tabelas que gerou o PCS deste ano.

Quando chamada para a greve, a categoria não vacilou. Sabíamos que somente a mobilização organizada e unificada em todos os estados traria alguma conquista. Não foram poucas as vezes, desde julho deste ano, que o Rio Grande do Sul indicou a greve como instrumento de pressão para que o Poder Judiciário e o Executivo visualizassem a justiça de nossas reivindicações.

Chegamos ao final do ano, véspera do recesso, e a avaliação da categoria se confirmou como verdadeira. Por duas sessões do CNJ o projeto do nosso PCS foi retirado de pauta, o que emperrou seu retorno ao Congresso e diminuiu nossas expectativas de vê-lo aprovado até o final do ano. Foi no dia 22/11, em assembléia geral, que a categoria deu um basta e, mesmo diante das dificuldades, decidiu que paralisaria suas atividades até arrancar do CNJ o parecer favorável ao PCS.

Vencemos a primeira batalha, mas a luta ainda é muito grande. Este ano ainda não acabou. Estaremos passo a passo no acompanhamento das comissões no Congresso. E se não for agora, o recado já está dado: em 2006 os trabalhadores e as trabalhadoras do Judiciário Federal estarão nas ruas para lutar pelos seus direitos, cobrando o compromisso firmado pelo Poder Judiciário e tensionando o governo federal a valorizar os servidores que constroem este país.



A luta pelo PCS

Sintrajufe reforça Comando de Mobilização em Brasília

A Ampliada da Fenajufe do dia 4/12 ressaltou a necessidade de a categoria se manter mobilizada para reforçar a luta, que agora é no Congresso Nacional. Os delegados concluíram que a apreciação do PCS no CNJ só se deu em função da greve de caráter nacional e das mobilizações com boa adesão realizadas nos estados e em Brasília, principalmente em frente ao Supremo Tribunal Federal.

No entanto, a Ampliada

ressaltou a necessidade de fortalecer a luta em nível nacional, com engajamento de todas as entidades, uma vez que agora o projeto retornou para o Congresso Nacional com um parecer indicando parcelamento em três anos, o que não contempla as reivindicações dos servidores

do Judiciário. Foram propostas pelos dirigentes sindicais algumas estratégias

Fenajufe / Divulgação



Sintrajufe e Fenajufe com Alves (terceiro a partir da D)

para agilizar a tramitação do PL 5.845/05 na Câmara: que os sindicatos filiados reforcem o Comando Nacional de Mobilização em Brasília, junto com os diretores da Federação, que sejam feitos contatos com os parlamentares nos estados e enviados e-mails. Estão em Brasília, representando o Sintrajufe, os colegas Marília e Alexandre Junqueira (JF Porto Alegre), Armando (JT Porto Alegre) e Paulo (JT Rio Grande).

Definida eleição parcial para direções de base e verbas do OP

Marcelo Antunes



Diretorias colegiada e de base fazem parte do Conselho Geral

Sintrajufe distribui agenda e calendário a sindicalizados



Neste ano, como parte da campanha Sintrajufe Rumo aos 5 Mil Sindicalizados, o sindicato instalará bancas nos prédios para distribuição de materiais e contato com a categoria. Os sindicalizados de Porto Alegre poderão retirar as agendas e os calendários gratuitamente. Serão vendidos os ingressos para a Festa de Fim de Ano e camisetas da Campanha Salarial. Quem não é sindicalizado pode aproveitar para assinar sua ficha e receber, na hora, a agenda e o calendário.

O calendário de mesa traz fotos de paisagens acompa-

nhadas de minicontos, resultado do trabalho das oficinas de fotografia e de texto do sindicato. A agenda tem informações sobre o Sintrajufe e, a cada mês, um pouco da história dos movimentos artísticos, sempre vinculada à luta dos trabalhadores.

Os sindicalizados do interior receberão o material nos seus locais de trabalho e os aposentados e oficiais de justiça, em casa, via Correios.

Datas das bancas

14/12: TRE Duque (no Anexo, os diretores passarão nos setores), varas trabalhistas e 1ª Instância da JF
15/12: TRF
16/12: TRT

Sindicatos fazem curso de comunicação

Os desafios da comunicação de esquerda no Brasil foi o tema do 11º Curso anual de Núcleo Piratininga de Comunicação, de 30/11 a 3/12 no Rio de Janeiro. Participaram do encontro cerca de 150 pessoas de sindicatos das mais diferentes categorias de todo o Brasil, incluindo o Sintrajufe. Foram apresentados 17 painéis, que englobaram tratamento da mídia à crise política de 2005, concessões de TV, democratização da comunicação, rádios comunitárias, linguagem e disputa pela hegemonia, América Latina e cultura dos trabalhadores.

No painel *O Brasil escondido que a imprensa sindical precisa mostrar*, falou-se da necessidade de discutir de que forma as notícias chegam à população. "A violência policial precisa entrar na pauta da militância, dos jornais dos sindicatos, pois a visão que a grande mídia nos passa é a da necessidade de se criminalizar a pobreza", afirmou Marcelo Freixo, da ONG Justiça Global. Levantamento feito pela ONG apontou que, entre 1995 e 2003, houve um crescimento de 93% da população carcerária no Brasil contra a média de 20% a 30% no mundo; 98% dos presos depende da defensoria pública; 80% têm 1º grau incompleto; 53% estão presos por furto ou roubo (indica que a polícia atua em defesa da propriedade, pois somente 2% dos homicídios são investigados); a maioria são homens, jovens, pobres e negros.

No dia 8/12, foi realizada reunião do Conselho Geral do Sintrajufe, composto pela diretoria colegiada e pelas diretorias de base. Além do debate e da avaliação da mobilização e da greve, o Conselho deliberou pela realização de eleição extraordinária para diretores de base nas cidades que não elegeram nenhum representante no último pleito ou nas localidades que tiveram instalação de novas varas. As cidades que não receberam os 10% determinados pelo Orçamento Participativo do sindicato porque não têm diretor de base devem fazer assembléia de base e enviar a solicitação do valor ao sindicato, além de se comprometer a fazer a eleição no prazo que será estipulado pelo Sintrajufe. Também foi definida a realização de uma assembléia geral dia 14/12, na sede, às 19h. Nessa data está prevista a apreciação do PCS na Comissão do Trabalho, Administração e Serviço Público.

TCU deve votar quintos dia 13/12

Está na pauta da próxima reunião do Tribunal de Contas da União (TCU), dia 13/12, a decisão sobre a questão dos quintos. Diante desse novo prazo, a Fenajufe intensificou o trabalho junto aos membros do tribunal e distribuiu novos memoriais, a fim de que se consiga uma decisão favorável à categoria.

Justiça do Trabalho

CNJ aprecia dia 19/12 projeto que prevê criação de cargos no TRT

O projeto que prevê a criação, no TRT, de 754 cargos efetivos, 650 cargos em comissão e funções comissionadas e 317 transferências de FCs deverá ser apreciado no próximo dia 19/12, durante sessão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O projeto, que havia sido aprovado por unanimidade na Comissão do Trabalho, Administração e Serviço Público

em dezembro do ano passado, tramitava na comissão de Finanças e Tributação da Câmara até ser enviado ao CNJ (a exemplo do PCS). A aprovação dessa matéria é muito importante para desafogar diversos setores da JT e para evitar um colapso, principalmente depois que a Reforma do Judiciário determinou o aumento da competência desse ramo da Justiça.

Rosane Vargas



Juízes, na foto com diretores do sindicato, assumem dia 15/12

Futura direção do TRT visita Sintrajufe

A diretoria do Sintrajufe recebeu, dia 2/12, a visita da futura direção do TRT, que toma posse em 15/12. Os juízes Denis Marcelo de Lima Molarinho (presidente), João Ghisleni Filho (vice), Maria Guilhermina Miranda (corregedora) e Beatriz Zoratto Sanvicente (vice-corregedora) destacaram o papel do sindicato e a relação de cooperação entre a entidade e o TRT. Os diretores falaram sobre a importância de manter um relacionamento de respeito e que propiciem ações que tragam melhorias para o conjunto dos servidores.

Direitos sindicais

Central de Atendimento na JE está entregue a requisitados

O TRE/RS teve um incremento de mais de 200 funcionários depois do concurso de 2003, que tem validade até 2007. Com isso, pôde preencher as vagas em quase a totalidade dos cartórios eleitorais do interior do estado, antes dirigidos por funcionários requisitados de outros órgãos alheios ao Judiciário Federal (como governo estadual, prefeituras e autarquias). Na Central de Atendimento ao Eleitor de Porto Alegre, no entanto, há apenas um funcionário do quadro. Os outros 28 são requisitados.

Essa situação gera divergências e episódios de hostilidade, uma vez que há requisitados que não querem voltar para seus órgãos de origem. Acontece, no entanto, que a Justiça Eleitoral agora tem um quadro próprio maior, com pessoas que fizeram concurso para ocupar esses cargos.

Depois do início da campanha nacional dos servidores contra a PEC 02, que pretende que servidores requisitados possam escolher entre ficar onde estão e voltar para seu órgão de origem, a situação na Eleitoral piorou. Há requisitados que, erroneamente, vêem nos concursados inimigos. E não adiantou os servidores do quadro explica-

rem que não há nada pessoal na campanha, que ela é, sim, uma forma de preservar o serviço público, pois o servidor deve ocupar o cargo para o qual prestou concurso.

A campanha foi o estopim para uma medida autoritária, em uma relação que já vinha

Daniel Borges / Especial



Cargos devem ser ocupados pelos concursados

permeada por animosidades, em diversos graus, e provocações diurnas.

O diretor do Sintrajufe Jairo Nogueira e um colega sindicalizado da Central de Atendimento foram colocados à disposição, com o pretexto de dificuldades de relacionamento com os colegas. A direção da Central não ouviu a versão dos colegas e preferiu se basear somente na versão dos requisitados.

A administração tem fechado os olhos para um problema que existe há mais

tempo: a resistência de parte dos requisitados em retornar aos seus órgãos de origem e seu entendimento de que os servidores do quadro são "culpados" por esse retorno.

Em reuniões com a direção-geral do TRE, este ano, o

Sintrajufe já havia colocado que recebera reclamações de colegas do interior que estavam com problemas com os requisitados, que não aceitavam os concursados. Foi pedido ao tribunal total apoio aos servidores do quadro, com a verificação dos problemas e

sua solução. No caso do diretor Jairo, o problema assume proporções ainda maiores, pois se trata de cerceamento da atividade sindical.

O Sintrajufe solicitou uma audiência com a juíza coordenadora da Central de Atendimento, com o diretor-geral do tribunal a fim de buscar uma solução para o caso. Além disso, o sindicato ingressou com um processo administrativo em defesa da inamovibilidade do diretor Jairo Nogueira, o que é assegurado pela lei 8.112/90.

Indenização de transporte

Valores da JT são aprovados pelo CSJT

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho aprovou a indenização de transporte para os oficiais da JT no valor de R\$ 1.344,97, a partir de janeiro de 2006. No entanto, a ata com a resolução, que deveria ter sido aprovada no dia 25/11, foi adiada para a última reunião do ano do Conselho, dia 19/12.

Segundo o diretor do Sintrajufe Luiz Carlos Temes de Quadros, isso aconteceu porque, quando da aprovação da majoração da indenização, estava prevista manutenção no valor até a aprovação do PCS, que cria Gratificação de Atividades Externas (GAE). Ainda segundo o diretor, a relatora do processo no Conselho, juíza Águeda Lavorato, alterará o texto da resolução. Dessa forma, a indenização será paga até que seja criada uma lei que a regulamente.

Porte de arma

Proposta passa pela primeira comissão

O projeto de lei que dá o direito ao porte de arma ao oficial de justiça (PL 5.415/05) foi aprovado pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. Agora o projeto está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O relator é o deputado Inaldo Leitão (PL-PB).

Fenajufe aprova moção de repúdio a pronunciamento de Luciana Genro

A deputada federal fez um pronunciamento na Câmara defendendo a PEC 02. Diante disso, a Ampliada da Fenajufe de 4/12 aprovou uma moção de repúdio enviada à parlamentar. Leia a íntegra.

Tomamos conhecimento do pronunciamento da Deputada Federal Luciana Genro - P-Sol/RS na defesa da PEC 02/03, na sessão 319.3.52.0, de 01/12/2005, da Câmara dos Deputados.

Sem entrarmos no mérito da "garra e dinamismo" dos servidores requisitados pela Justiça Eleitoral, em grande parte de prefeituras, defendemos, assim como todo o movimento sindical organizado, o concurso público para a

ocupação de cargo no Estado, para eliminarmos apadrinhamentos políticos, fator de desmoralização no serviço público.

Alertamos a deputada que a PEC 02/03 em nada tem a ver com "soluções" para servidores e a justiça, mas sim um grande trem da alegria no serviço público das três esferas e que destrói uma das maiores conquistas da Constituição Federal de 1988 que é o acesso a cargo público por meio de concurso público.

Sendo assim, a Reunião Ampliada de Fenajufe, de 04/12/2005 repudia a posição da Deputada Luciana Genro, chamando seu voto contra a PEC 02/03.

Envie sua mensagem contra a PEC 02/03

A PEC 02/2003, de autoria do deputado Gonzaga Patriota (PSB-PE), se for aprovada, possibilitará que os servidores públicos requisitados optem pela alteração de sua lotação funcional do órgão cedente para o órgão cessionário. Mostre que você é contra mais este subterfúgio que visa favorecer os "apadrinhados" no serviço público.

Entre na página do sindicato (www.sintrajufe.org.br), leia o projeto e envie a mensagem contra a PEC 02. O importante é mostrarmos nossa indignação.

Quintos e benefícios são discutidos com o CJF

A partir de um pedido do Sintrajufe, o coordenador da Fenajufe e diretor do Sintrajufe, Cláudio Azevedo, a diretora do Sintrajufe Silvana Klein, o diretor do Sisejufe/RJ Valter Nogueira, e a diretora do Sintrajuf/PE Kátia Saraiva se reuniram dia 5 com o secretário-geral do Conselho da Justiça Federal (CJF), Ney Natal. Os dirigentes levaram reivindicações sobre pagamento dos quintos e aumento do auxílio-alimentação e do auxílio pré-escolar para todos os servidores da JF.

Ney Natal informou que o vale-alimentação, que hoje é de R\$ 484,00, passará para R\$ 590,00; o auxílio pré-escolar irá dos atuais R\$ 250,00 para R\$ 280,00. O secretário ainda in-

formou que solicitou a verba de R\$ 40 milhões para o pagamento dos auxílios e dos quintos; porém, a Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão só liberou R\$ 4 milhões para o pagamento dos benefícios.

O pedido do Sintrajufe, embasado em estudos orçamentários, é de retroatividade do valor do vale-alimentação com as sobras do exercício de 2005; isonomia do auxílio pré-escolar com o do STJ, hoje em R\$ 450,00; e pagamento de atrasados de quintos. A Fenajufe continuará acompanhando o caso para que as reivindicações possam ser atendidas.

Tribunais

Sintrajufe questiona relotações junto à diretora de RH do TRF

As diretoras Magda e Mara, em reunião com a diretora de Recursos Humanos (DRH), Myrian Zappalá Jungblut, no início de novembro, questionaram a relotação dos colegas Tatiana Names e Zé Oliveira (diretor do Sintrajufe). A relotação do colega Zé Oliveira já foi relatada no **T-Liga** 216. A colega Tatiana Names levou ao Sintrajufe a sua situação.

Ela trabalha desde 3/2/97 no TRF e desde 11/5/98 estava na DRH. É acadêmica em psicologia e justamente estava na Divisão de Seleção, Acompanhamento e Desenvolvimento. Em suas avaliações, não há registro de questionamentos quanto ao seu desempenho nessa área. No entanto, com a entrada da nova diretora na DRH, foi-lhe informado verbalmente que não poderia mais permanecer naquela Divisão ou no Recursos Humanos. Myriam argumentou que a administração tem a prerrogativa de deslocar servidores sem externar os motivos. Ela falou que existem critérios subjetivos e que não há necessidade de serem explicitados.

As diretoras do sindicato insistiram na necessidade de que ao servidor seja esclarecido sobre o resultado esperado de suas atividades. Elas também insistiram que é preciso assegurar o princípio da transparência. Sem isso, ressaltaram, abre-se espaço para a perseguição política e pessoal, o que contraria o objetivo de todos com o bom atendimento à sociedade.

No caso do colega Zé Carlos, Myriam criticou a contrariedade demonstrada por ele na relotação. Por outro lado, as diretoras questionaram a ocorrência de fatos como esse justamente na área de Recursos Humanos. As diretoras do Sintrajufe entendem que, no caso, a medida tem vínculo justamente com o fato de sua atuação sindical e que discutirão as medidas cabíveis. Fica já a lição da importância de situações como essas. O caso de Zé e Tatiana não são os únicos com certeza (ver o caso dos colegas da Eleitoral na página 4 deste boletim). É fundamental que outros questionem e denunciem estes fatos. Só assim, avançaremos no rumo da transparência e da democratização das relações de trabalho.

Daniel Borges / Especial



Representantes do Sintrajufe, Mara e Magda, com a diretora Myrian

Marcelo Antunes



Diretores falaram sobre perseguição sofrida por colegas grevistas

Negociação do ponto é tema de reunião com o TRT

Em reunião dia 5/12, entre o presidente do TRT, juiz Fabiano Bertoluci, e os diretores do Sintrajufe Mara, Magda e Paulo Rosa, foi pauta a negociação do ponto durante a mobilização da campanha salarial de 2005.

O sindicato apresentou como proposta a recuperação do trabalho ainda neste ano, nos mesmos moldes do acordo firmado em 2004. Bertoluci demonstrou a intenção de viabilizar a reativação da comissão de negociação criada no ano passado, além de colocar a questão para a nova administração do tribunal,

que assume em 15/12.

Também foi tratado o caso dos colegas da 13ª VT de Porto Alegre que participaram da greve de 24 a 29/11. Eles estão sendo ameaçados de troca de setor e de alteração em seus períodos de férias. Bertoluci se comprometeu a buscar o melhor encaminhamento para o tema.

Em ambos os casos, o presidente do TRT afirmou que procurará uma solução para antes do recesso. "O meu compromisso é procurar a melhor solução, aquela que não cause prejuízo ao interesse público", afirmou.

Sindicato obtém liminar contra desconto do repouso remunerado na JE

O TRE/RS, a partir do entendimento administrativo 64, passou a descontar da remuneração dos servidores o dia de repouso remunerado caso não seja cumprida integralmente a jornada semanal. No dia 6/12, o juiz Cândido Alfredo Silva Leal Júnior deferiu a antecipação de tutela do Sintrajufe para determinar ao TRE que imediatamente suspenda o desconto de domingos, feriados e pontos facultativos que sucedam a semana em que o servidor tenha faltado ou se atrasado ao serviço, quando não houver solução de continuidade entre o dia útil da falta ou atraso e aqueles feriados. O juiz mandou oficial ao presidente do TRE comunicando a decisão e remetendo cópia para as providências cabíveis.

Substituição processual: continua a votação no STF

A sessão plenária do STF de 16/11 produziu mais uma etapa da renhida disputa em torno dos limites da substituição processual sindical. Votaram mais três ministros, compondo agora um placar de 4 votos a 3 em favor da amplitude da substituição processual. O julgamento foi novamente adiado em função de novo pedido de vista regimental (o terceiro), dessa vez do ministro Gilmar Mendes.

O assunto suscitou polêmica. De um lado, com o relator, ministro Carlos Veloso, alinham-se os ministros que sustentam a amplitude da substituição processual, inclusive quanto às matérias abrangidas e admitindo a liquidação e a execução pelo próprio sindicato. Em contraposição, figuram aqueles que restringem drasticamente as matérias objeto da substituição processual, a partir de um rígido conceito de homogeneidade de direitos, além de rejeitar a substituição processual da fase de liquidação em diante.

Na edição 219 do **T-Liga**, foi noticiada a reunião entre representantes do Sintrajufe e o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Cezar Peluso no dia 9/11. Na ocasião, diante da reivindicação dos sindicalistas pela liberação do recurso extraordinário, no qual o ministro é relator, que trata do pagamento dos juros da URV (11,98%) para os servidores do TRT/RS, concluso ao ministro há quase dois anos, Peluso informou que é justamente a questão da substituição processual que emperra a decisão no recurso extraordinário do sindicato. De acordo com Peluso, uma vez que a questão da substituição processual seja resolvida no Pleno, todos os processos relacionados a essa matéria que ainda aguardam o julgamento serão apreciados.

Devido ao novo pedido de vista regimental solicitado pelo ministro Gilmar Mendes, o sindicato buscará um novo contato com o ministro Peluso. O objetivo é encaminhar o julgamento do recurso extraordinário necessário, garantindo com isso o trânsito em julgado da URV da JT.

Limitados efeitos da decisão 844/01

Com a publicação, em 25/4/01, da decisão 844, o Tribunal de Contas da União passou a considerar ilegal a incorporação na aposentadoria da vantagem vencimental denominada "opção". Ela consistia no direito do servidor ocupante de cargo em comissão ou função comissionada de optar entre receber a remuneração deste cargo ou função ou a remuneração de seu cargo efetivo, acrescido de um percentual da remuneração dos referidos cargo ou função. Com a decisão 844, milhares de servidores passaram a ter seus proventos de aposentadoria e pensões reduzidos, muitos desses casos, no Judiciário.

Contra essa decisão foi interposto um recurso de reexame, julgado improcedente. Contra essa última decisão, a Fenajufe e outras entidades interpuseram um recurso de embargos de declaração. Os embargos foram julgados dia 30/11 pelo Pleno do TCU. Por 4 votos a 3, foram acolhidos parcialmente os embargos de declaração, garantido a continuidade do pagamento da vantagem aos servidores que se aposentaram até 25/10/01, data de publicação da decisão 844.

O advogado José Luis Wagner, do escritório que assessora a Fenajufe, avalia que a decisão, embora não resolva o problema integralmente, já que podem existir alguns poucos casos de servidores que tenham se aposentado com a opção após 25/10/01, representa uma vitória dos servidores públicos federais, pois restabelece a situação remuneratória da grande maioria dos que foram afetados pela decisão 844/2001.

Coletivo Jurídico reúne 50 participantes

Diretores e assessores jurídicos do Sintrajufe, da Fenajufe e de outros sindicatos filiados à Federação participaram, de 6 a 9/12, do Encontro Nacional do Coletivo Jurídico da Fenajufe, em Fortaleza. O encontro contou com a participação de representantes de 20 estados, somando 50 pessoas, entre dirigentes sindicais e advogados. Do Sintrajufe participam os diretores Zé e Gleni, além da assessora jurídica Joele e advogados do escritório que assessora o sindicato. Foram debatidos vários temas de interesses dos servidores do Judiciário Federal e do Ministério Público da União, como PCS, incorporação dos quintos, isonomia entre os chefes de cartório do interior e da capital, indenização de transporte dos oficiais de justiça, entre outros temas.

Aposentados

NAF escolhe nova coordenação

O VIII Encontro Estadual do NAF, realizado em 10/11, em Porto Alegre, reuniu colegas aposentados da capital, de Canoas, Pelotas, Osório e Livramento. No encontro, foi escolhida a nova coordenação do NAF. Ela será composta pelos colegas Bete, Eliana e Rufino; Cândida, Sybilla e Volmar são os suplentes.

O Encontro do NAF abordou diversos temas, dos específicos da categoria até saúde. Pela manhã, foram esclarecidos assuntos como quintos, URV e PCS. A vice-presidente da CUT/RS Rejane Oliveira fez uma análise de conjuntura.

O médico psiquiatra Juares Callegaro falou sobre medicina ortomolecular. O palestrante falou das decisões equivocadas na escolha dos alimentos e da necessidade de se consumirem aqueles que trabalham para repor os minerais indispensáveis para o bom funcionamento do cérebro e aqueles que evitam ou

minimizam o aparecimento de doenças.

Depois, os presentes foram brindados com uma dinâmica de integração com a professora de Educação Física Juliana Baretta. Ela incluiu tarefas como o equilíbrio e a troca de balões entre o grupo (depois de os participantes desenharem e escreverem mensagens que posteriormente seriam trocadas entre eles).

No final do encontro, foram sorteados brindes e livros, entre os quais o do colega aposentado e poeta Luiz Carlos Amaro Cardoso. Maria Elisabete Junges, a Bete, foi homenageada como "aposentada ativa", por sua participação no NAF e nas atividades da categoria. Ela também é fundadora e organizadora do Núcleo. "Não adianta nos reunirmos se não tivermos ação", disse Bete, ao defender que a necessidade de os colegas aposentados participarem mais ativamente da vida sindical da categoria e lutar por seus direitos.

Ana Silva / Especial



Questões específicas, saúde e conjuntura foram temas abordados

Movimento social

Mais de 15 mil em caminhada pelo salário mínimo

A II Marcha Nacional em defesa da valorização do salário mínimo, da redução da jornada de trabalho e do reajuste da tabela do Imposto de Renda, convocada por CUT, CGTB, CGT, Força Sindical, CAT e SDS, reuniu mais de 15 mil trabalhadores de diversos estados e das mais diferentes categorias no dia 29/11, na Esplanada dos Ministérios.

Os manifestantes exigiram mudanças na política econômica e desenvolvimento econômico e social para o país. No início da marcha, foi feito um minuto de silêncio em homenagem ao sindicalista

Jair Antônio da Costa, assassinado recentemente pela PM gaúcha durante manifestação por melhores condições de trabalho no setor calçadista.

Para o presidente nacional da CUT, João Felício, "se há recursos para o capital financeiro, para pagar os mais altos juros do mundo, temos de garantir o dinheiro para o salá-



Marcha foi organizada pela CUT e outras centrais

rio mínimo, que é o mais poderoso instrumento de justiça social e redistribuição de renda no país". De acordo com o presidente da Confederação Nacional dos Traba-

lhadores em Seguridade Social (CNTSS/CUT), Irineu Messias, o altíssimo superávit primário praticado pela Fazenda "já tem provocado um inaceitável contingenciamento de 40% nas verbas do INSS, prejudicado o custeio da Previdência, atrasado a concessão de benefícios e obrigado milhares de pessoas a dormirem nas intermináveis filas". "Lutamos pela melhoria do serviço público e isso só é possível com uma política de valorização dos servidores", disse ele em entrevista ao Portal Mundo do Trabalho.

Homenagem a João Cândido

Representantes do movimento negro brasileiro de vários estados compareceram em 22/11 à Marcha Zumbi+10 em Brasília e entregam um dossiê com as reivindicações do movimento negro aos presidentes da Câmara, Aldo Rebelo, e do Senado, Renan Calheiros. A passeata marcou os 95 anos da Revolta da Chibata, comandada pelo marinheiro negro gaúcho João Cândido, no Rio de Janeiro, em 1910. Os marujos rebeldes reivindicavam a aprovação do projeto de anistia geral em discussão no Congresso, o cumprimento da lei que aumentava os vencimentos dos militares, a redução da jornada de trabalho e a abolição dos castigos corporais e cruéis. Na época, a maioria dos marinheiros era negra e era recente o fim da escravidão, o que fazia com o que o tratamento recebido por eles fosse muito parecido com o dos escravos.

De acordo com a coordenadora da Comissão Nacional contra o Racismo, Maria Izabel da Silva, além de reivindicar do Estado brasileiro a implementação de políticas de combate ao racismo e de promoção da igualdade racial, a regularização de territórios quilombolas e cotas para negros nas universidades brasileiras, o movimento negro também quer acompanhar de perto as ações empreendidas após a realização da Declaração e do Programa de Ação da 3ª Conferência Mundial contra o Racismo (ocorrida em Durban, África do Sul, em 2001).

Marcha por educação, saúde e segurança

Cerca de 3 mil pessoas participaram dia 25/11 da 10ª Marcha dos Sem, organizada pela Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS). O deslocamento dos manifestantes, feito em três colunas, bloqueou temporariamente diversas avenidas de Porto Alegre e contou com a participação de professores da rede pública estadual e de estudantes da capital.

Segurança, educação e saúde foram as principais reivindicações dos participantes da Marcha. Em um ato em frente à sede do Banco Central, a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetraf-Sul) fez um protesto contra o baixo preço do leite e do trigo pago aos pro-

dutores gaúchos. Os manifestantes também reivindicaram a liberação do seguro agrícola e mais recursos para a habitação rural.

Também presentes no ato, integrantes do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) exigiram acesso à terra, moradia e trabalho. A manifestação terminou com um ato público no início da tarde em frente ao Palácio Piratini, protegido por um cordão de isolamento formado por dezenas de PMs. Em todas as falas, ouviram-se críti-

cas ao modelo econômico adotado tanto pelo governo federal como pelo estadual e a falta de políticas públicas no Rio Grande do Sul. Também foi denunciada a entrada, via contrabando, de sementes geneticamente modificadas e plantio de milho transgênico no estado.

João Santos e Silva / CUT



Mais de 3 mil pessoas nas ruas de Porto Alegre

Integração latino-americana em foco

O Sisejufe, sindicato do Judiciário Federal do RJ, com apoio da Fenajufe, promoveu, em novembro o I Encontro Latino-Americano – Cultura de Resistência. O Sintrajufe foi representado pelos diretores Denise e Itamar. A proposta do evento foi refletir sobre questões que podem ajudar a entender melhor a realidade do continente latino-americano.

Orlando Senna, do Ministério da Cultura, afirmou que o governo deve promover vias de acesso que permitam aos brasileiros conhecer as outras culturas. A diretora do Ministério da Cultura da Venezuela Christian Valles falou sobre a resistência dos países da região às culturas impostas. "A resistência é um dever moral e ético", concluiu.

Hoje vive-se no mundo uma batalha de idéias, disse o cineasta Silvio Tendler. Para ele, a indústria da comunicação está dominada pela idéia de que o cidadão tem que ser transformado em consumidor. Ele defendeu o uso de novas tecnologias e redes alternativas para disputar a hegemonia. Na mesma linha falou a editora do Cadernos 3º Mundo do Uruguai, Beatriz Bissio. "Você é alguém se você consome", afirmou. O desafio, segundo ela, é aproximar o povo latino-americano dos países da África, da Ásia, do Oriente Médio. "Pouco ou nada sabemos desses países, dos seus movimentos sociais", disse, ressaltando que a visão que chega, filtrada pela mídia, é de preconceito.

Festa de Fim de Ano terá homenagem a Secos & Molhados

Prepare-se para um dos acontecimentos mais importantes do calendário: a Festa de Fim de Ano do Sintrajufe. Neste ano, será dia 16/12, sexta-feira, na sede da AABB (av. Cel. Marcos, 1000). Para embalar a noite, um tributo ao grupo Secos & Molhados, show que vem sendo apresentado desde 2002 em casas noturnas de Porto Alegre.

Noite Secos & Molhados reúne integrantes de quatro bandas porto-alegrenses (O Badulaque, Universo Colorido, Os Subtropicais e Proveitosa Prática) que têm no tropicalismo e no rock psicodélico dos anos 70 suas maiores influências. O repertório da festa reúne 25 canções do Secos & Molhados, das mais conhecidas a outras nem tanto.

Depois, a festa continua com DJs que prometem colocar todos para dançar. Também haverá exposição com as fotos que compõem o calendário 2006 do Sintrajufe.



Onde comprar seus ingressos*

1ª Instância da Justiça Federal

• Cristina Lemos no NRH (3º andar Norte)

TRF

• Zé Carlos na 6ª Turma (3º andar)

TRT

• Paulo Rosa na recepção do 2º andar

Varas do Trabalho

• Bárbara na 14ª VT

Anexo do TRE (Pe. Cacique)

• Jairo no SRH

Sindicato

• Marclio Dias, 660

* sócios: R\$ 10,00; não-sócios, R\$ 15,00

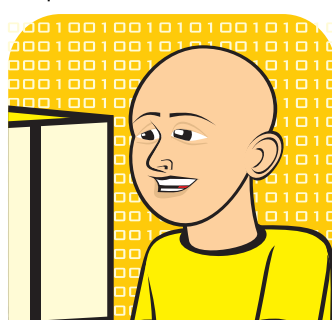
Sindicato apóia Ponto de Cultura

O Sintrajufe, por deliberação em assembléia geral, firmou parceria com a Guayí, organização da sociedade civil de interesse público, para a implantação do projeto de desenvolvimento do Ponto de Cultura Casa do Cristal Quilombo do Sopapo. O Sintrajufe cede o espaço da propriedade do Cristal para a instalação do Ponto de Cultura, cujo projeto já foi aprovado em convênio com o Ministério da Cultura, que irá garantir recursos para cobrir custos de aquisição de equipamentos e manutenção do prédio. Fazem parte também do projeto várias organizações sociais da comunidade do Cristal e região.

O Ponto de Cultura prevê o desenvolvimento de produção

cultural, principalmente dos jovens, a partir da tecnologia da informação, em software livre, criando um pólo cultural que articule e mobilize a comunidade da região, os jovens e a comunidade cultural da nossa cidade.

O projeto tem o objetivo de criar um espaço permanente de produção cultural que signifique alternativa de inclusão



social, geração de trabalho e renda e possibilidade de criação e expressão de um segmento importante da juventude. Também busca uma integração com a vida da comunidade, por meio da previsão de que os conhecimentos adquiridos pelos grupos sejam repassados a outros jovens da comunidade e da cidade, como forma de trabalho comunitário, além de disponibilização do próprio espaço e seus equipamentos para as demandas comunitárias. A parceria entre o Sintrajufe e a Guayí vai criar um pólo de referência cultural popular junto às populações excluídas dessa região da cidade, aos jovens e aos trabalhadores do Judiciário Federal.

Agenda

ASSEMBLÉIA GERAL
14/12 - 19h, na sede. Pauta: mobilização pelo PCS.
BANCAS NOS PRÉDIOS
14 a 16/12 - veja na página 3.
RECESSO
20/12/05 a 6/01/06 - Recesso em todo o Judiciário Federal.

Uma Sexta Básica para ficar na história

A Sexta Básica do dia 2/12 mostrou que, mesmo próximo do final do ano, o povo ainda tem muita energia para gastar. Os alunos das oficinas de técnica vocal e espanhol mostraram suas habilidades nas apresentações criativas que prepararam e provaram que, mais do que aprender uma nova habilidade, as oficinas de cultura promovem a integração entre as pessoas.

Quem já não lembrava mais, pôde conferir um pouco da história do Sintrajufe, que completou 7 anos de estrada, numa minixposição dos documentos de Sindjusta, Sindjusfe e Sindjers (que originaram o atual Sintrajufe). O visual da Sexta ficou por conta das belas imagens das fotos expostas pelos alunos da oficina de fotografia e da projeção do grupo 35mm, que está produzindo um trabalho sobre o bairro Cidade Baixa, em Porto Alegre. Para finalizar, o grupo Cia. da Música fez uma competente apresentação de chorinho, MPB, seresta e samba, que não deixou ninguém parado. Confira as fotos da festa na página do sindicato, no [link](#) da Cultura.

Ana Paula Faria / Especial



Sintrajufe RS

Boletim Quinzenal do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no RS • Filiado à CUT e à Fenajufe

• Coordenador da Secretaria de Comunicação: Leonardo Torres • Edição e Diagramação: Rosane Vargas • Redação: Marcelo Antunes e Rosane Vargas

• Ilustrações: Leandro Dóro • Distribuição: Daniel Borges • Impressão: Comunicação Impressa • Tiragem: 5 mil exemplares

Sintrajufe RS: Rua Marclio Dias, 660 - Menino Deus - Porto Alegre/RS - CEP 90130-000 - Fone/Fax: 51 3235.1977 - e-mail: imprensa@sintrajufe.org.br - site: www.sintrajufe.org.br